

Planejamento urbano integrado

052

Helvécio Ângelo Uliana



As cidades brasileiras foram fundadas, evoluíram e se consolidaram na costa mais oriental das Américas. Pequena feitoria constituiu ponto de apoio ao reconhecimento do extenso litoral, à afirmação da posse e à garantia ao tráfego português.

O estabelecimento urbano costeiro foi demoradamente exclusivo no Brasil, com apenas uma exceção. Reino antigo de Portugal, plantou na Renascença bastiões pelos quatros continentes. Criou postos marítimos avançados e intermediários para respaldar o comércio e o domínio virtual de novas terras.

O mapa do Brasil revela um desequilíbrio notável. As suas aglomerações urbanas se concentram ao longo da costa.

Trechos da extensa costa foram eleitos para as fundações urbanas em função da sua latitude, das suas possibilidades de abrigo aos navegantes, da sua ligação com o interior misterioso e desafiante. E, também, de interesse de espanhóis, franceses e holandeses que se interpuseram e ameaçaram os de Portugal.

Entre as fundações sertanejas que nasceram da riqueza ou da circulação da riqueza, há que lembrar as povoações relacionadas com a

comercialização do gado. Surgiram espontânea e estrategicamente e tiveram papel integrador notável.

A grande metrópole do Brasil, São Paulo, originou-se primeiramente do desbravamento de suas terras em busca do ouro e de índios pelos bandeirantes.

A região da Grande Vitória, com seu núcleo central em Vitória, que virou capital do Estado, foi criada para resistir aos índios que atacavam a costa capixaba, e a ilha fornecia melhores condições de segurança.

A cidade foi evoluindo e cresceu muito em função das atividades portuárias voltadas para a exportação, principalmente do café. Se transformou em pólo dinâmico também em função de ser sede governamental do Estado.

Vitória passou um largo período tendo a maior população urbana do Espírito Santo.

A partir dos anos 60/70 houve uma mudança radical na Grande Vitória, em função da expulsão do homem do campo pela erradicação do café e a atração de contingentes de cidades de Minas Gerais e Bahia, principalmente, em função dos grandes projetos da especulação imobiliária.

Essas transformações ocorreram sem um planejamento urbano prévio.

Aliás, poucas cidades possuem uma cidade planejada, com exceção de Curitiba, Goiânia e Belo Horizonte.

Dos cinco município que compõem a Grande Vitória, somente Vitória possui um Plano Diretor Urbano, voltado exclusivamente para os limites da cidade, sem uma

visão e estratégia da integração.

Ressalta-se que no Brasil, praticamente nenhuma Região Metropolitana obteve sucesso, em função da capital dominar o restante dos outros municípios componentes da Região e em função de interesses políticos e econômicos.

Ressalta-se que a Grande Vitória, como já expressamos em artigo anterior, possui uma característica *sui generis*, de ser praticamente uma cidade só.

Nenhum lugar possui a necessidade de integração e a possibilidade de êxito de um planejamento integrado como a Grande Vitória.

A ausência dessa integração tem causado efeitos danosos, como demonstramos no caso da tarifa do sistema Transcol.

Outros serviços essenciais básicos como energia elétrica, água e saneamento básico têm seus custos de implantação e manutenção elevadíssimos, além de contarmos com as consequências dessa falta de integração na qualidade de vida da Grande Vitória, como poluição ambiental e etc.

A criação da Região Metropolitana, sem dúvida, irá possibilitar a captação de recursos internos e externos com maior facilidade, além da revisão da desorganização do espaço urbano da Grande Vitória. É preciso maior adensamento do solo urbano dos municípios, com exceção de Vitória, principalmente no tocante à moradia.

Logicamente, dentro de uma macrodiretriz de uso e ocupação do solo urbano da Grande Vitória, há que se observar as especificidades de cada cidade da Grande Vitória.

Há, também, necessidade de se reverter o fluxo migratório campo X cidade, pois como demonstra estudos realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves, os setores agrícola e serviços (informal), são os maiores atingidos pelo atual estado de miséria e pobreza que passa o Espírito Santo, no vergonhoso ranking de 5º lugar do Brasil em pobreza e fome, e a 3º pior distribuição de renda. É necessário políticas macro para esses setores. A taxa de urbanização no Espírito Santo já atinge mais de 65% da população capixaba.

Quanto à criação da Região Metropolitana, são necessárias a desambição, a ausência da visão eleitoreira e a disputa pelo poder. Torna-se necessário que o Estado, prefeitos, vereadores e demais segmentos organizados e não-organizados da população se articulem e cheguem a um consenso sobre a criação da Região Metropolitana.

Um caminho mostramos: a atual Câmara Setorial do Transporte Coletivo da Grande Vitória, pelo diagnóstico que será realizado e as propostas de solução, ou o Codivit — Conselho de Desenvolvimento Integrado, criado em 1986, sem que, no entanto, funcionasse dentro dos objetivos para os quais foi criado.

Urge a criação da Região Metropolitana. Os recursos públicos são escassos e a piora das condições de saúde, moradia e etc. se agrava.

Helvécio Ângelo Uliana é economista e assessor técnico da Ceturb